

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração do Resultado Abrangente ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 24

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou lucro de R\$ 40.107 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 774.148 mil e Ativos Totais de R\$ 822.458 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Ativo			
CIRCULANTE		650.680	553.959
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	511.878	428.696
Aplicações Financeiras		135.555	122.913
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6	135.555	122.913
Outros Créditos		3.247	2.350
Diversos	7	3.247	2.350
NÃO CIRCULANTE		171.778	222.970
Outros Créditos		171.610	222.812
Créditos Tributários	19c e d	56.581	55.779
Diversos	7	115.029	167.033
Investimentos	8	168	158
Participações em Coligadas e Controladas			
- No Exterior		168	158
Total do Ativo		822.458	776.929

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Passivo			
CIRCULANTE		2.436	751
Outras Obrigações		2.436	751
Sociais e Estatutárias	11c	381	84
Fiscais e Previdenciárias	10a	2.055	603
Diversas	10b	-	64
NÃO CIRCULANTE		45.874	41.752
Fiscais e Previdenciárias	10a	30.805	28.738
Diversas	10b	15.069	13.014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		774.148	734.426
Capital Social			
- De Domiciliados no País	11a	400.000	400.000
Reservas de Lucros	11b	374.100	334.374
Ajuste de Avaliação Patrimonial		48	52
Total do Passivo		822.458	776.929

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Receitas/(Despesas) Operacionais		13	15
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	13	15
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(5.772)	(8.410)
Despesas de Pessoal	13	(4.138)	(11.638)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(5.825)	(5.562)
Despesas Tributárias	15	(3.582)	(1.341)
Outras Receitas Operacionais	16	11.309	11.538
Outras Despesas Operacionais	17	(3.536)	(1.407)
Resultado Financeiro		68.957	23.326
Receitas Financeiras Líquidas	12	68.957	23.326
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		63.198	14.931
Imposto de Renda e Contribuição Social	19a e b	(23.091)	(6.134)
Lucro Líquido do Exercício		40.107	8.797
Número de Cotas	11a	400.000.000	400.000.000
Lucro Líquido por Lote de Mil Cotas em R\$		100,27	21,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Controladas		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	266.067	141.253	318.341	46	-	725.707
Aumento de Capital com Reservas	133.933	(88.039)	(45.894)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	8.797	8.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	6	-	6
DESTINAÇÕES:						
- Reservas	-	440	8.273	-	(8.713)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(84)	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	400.000	53.654	280.720	52	-	734.426
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	40.107	40.107
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
DESTINAÇÕES:						
- Reservas	-	2.005	37.721	-	(39.726)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(381)	(381)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	400.000	55.659	318.441	48	-	774.148

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	40.107	8.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4)	6
Total do Resultado Abrangente do Exercício	40.103	8.803

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	63.198	14.931
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(16.012)	(3.265)
Resultado de Participações em Controladas	(13)	(15)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(20.019)	(4.262)
Provisão para Passivos Contingentes	4.020	1.012
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	47.186	11.666
(Aumento)/(Redução) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	57	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	44.130	17.478
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	3.795	(3.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.902)	(1.176)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	83.266	24.952
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	(84)	(577)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamento	(84)	(577)
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	83.182	24.375
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	428.696	404.321
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	511.878	428.696
(Aumento) / Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	83.182	24.375

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tempo Serviços Ltda. é uma Sociedade de responsabilidade limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à empresa administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos. A Tempo Serviços Ltda., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de março de 2023.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros em duas categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; e (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

2.5. Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro por cotas básico. O lucro por cotas básico é calculado dividindo-se lucro líquido pela quantidade de cotas.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.9. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos, CDB - Certificados de depósitos Bancários e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional (1)	5.729	2.302
Fundo de Investimento (2)	506.149	426.394
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	511.878	428.696

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundo de Investimento, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro

Títulos	181 a 360 dias	Valor de mercado/ contábil
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	135.555	135.555
Total em 2022	135.555	135.555
Total em 2021	122.913	122.913

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 101% do DI, com vencimento em 20/12/2023.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro

	2022	2021
Depósitos em garantia de recursos fiscais	36.252	33.293
Depósitos em garantia de recursos trabalhistas	36.125	49.181
Impostos e contribuições a compensar	32.085	61.098
Despesas antecipadas	3.247	2.348
Depósitos em garantia de recursos cíveis	2.609	2.610
Outros	7.958	20.853
Total	118.276	169.383

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

8. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

Investidas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade Cotas/Ações (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
						2022	2021	2022	2021
Bradescard México S. de R.L.	623.188	1.665.899	137.310	217.990	0,01	168	158	13	15
TOTAL						168	158	13	15

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses, considerando o ano do ajuizamento.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Provisões segregadas por natureza

Em 31 de dezembro		
	2022	2021
Processos cíveis (Nota 10b)	5.555	3.141
Processos trabalhistas (Nota 10b)	712	1.810
Total	6.267	4.951

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.810	3.141
Atualização Monetária	129	226
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(1.227)	2.188
Saldo em 31 de dezembro de 2022	712	5.555

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 950 (2021 – R\$ 1.182) para os processos cíveis e R\$ 1.621.046 (2021 – R\$ 1.528.080) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2006 a 2009 - R\$ 1.381.283 (2021 - R\$ 1.302.732): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19c)	30.805	28.738
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.701	389
Impostos e contribuições a recolher	354	214
Total	32.860	29.341

b) Outras Obrigações - Diversas

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Provisão de honorários advocatícios	8.802	8.063
Provisões Cíveis (Nota 9b III)	5.555	3.141
Provisões Trabalhistas (Nota 9b III)	712	1.810
Outras	-	64
Total	15.069	13.078

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em cotas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 400.000.000 cotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e encontra-se assim distribuído:

Em 31 de dezembro		
Cotas:	2022	2021
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (1)	400.000.000	400.000.000
Total de Cotas	400.000.000	400.000.000

1) Em 30.4.2021 houve aumento de capital social no valor de R\$ 133.933 elevando-o de R\$ 266.067 para R\$ 400.000, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas de Reserva de Lucros – Reserva Legal – R\$ 88.039 e Reserva de Lucros – Reserva Estatutária – R\$ 45.894, com a criação de 133.933.199 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro		
	2022	2021
Reservas de lucros	374.100	334.374
- Reserva legal (1)	55.659	53.654
- Reserva estatutária (2)	318.441	280.720

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) O saldo do Lucro Líquido terá destinação proposta pela Diretoria, podendo ser destinado 100% à Reserva Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos cotistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.107	8.797
Reserva Legal	(2.005)	(440)
Base de cálculo	38.102	8.357
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	381	84

12. RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Rendimento de Fundos de Investimentos	53.599	18.148
Rendimento de Certificado de Depósitos Bancários - CDB	15.358	5.178
Total	68.957	23.326

13. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Indenizações trabalhistas	2.651	10.969
Provisões trabalhistas	1.326	526
Benefícios	161	143
Total	4.138	11.638

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Serviços do sistema financeiro	4.341	3.729
Serviços técnicos especializados	1.161	1.682
Outras	323	151
Total	5.825	5.562

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Contribuição à Cofins	2.974	1.142
Contribuição ao PIS	483	193
Outras	125	6
Total	3.582	1.341

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Atualização monetária (1)	9.986	4.764
Reversões de provisões operacionais e administrativas	798	3.549
Recuperação de despesas	394	2.868
Reversões de provisões contingentes	131	357
Total	11.309	11.538

(1) Referem-se, basicamente, a atualização de Depósitos Judiciais de Impostos a Compensar e Variação Monetária.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Despesas com contingências	2.825	843
Patrocínios	334	26
Serviços de terceiros	146	341
Diversas	231	197
Total	3.536	1.407

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Controladores (3)	
	2022	2021
Ativos		
Disponibilidade em moeda nacional (1)	5.729	2.302
Certificado de depósito bancário (1)	135.555	122.913
Passivos		
Dividendos a pagar (Nota 11c) (2)	381	84

(1) Banco Bradesco S.A.;

(2) Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda; e

(3) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladores (2)	
	2022	2021
Rendimento de Certificados de Depósitos Bancários - CDB (1)	15.358	5.178

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	63.198	14.931
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.10)	(25.279)	(5.972)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas sociedades correspondentes	5	6
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.922	(16)
Outros valores	261	(152)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(23.091)	(6.134)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(23.893)	(3.932)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	802	(1.155)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	(393)
Prejuízo fiscal	-	(654)
Total dos impostos diferidos	802	(2.202)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(23.091)	(6.134)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil

	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31.12.2022
Provisões cíveis	1.256	1.017	(52)	2.221
Perdas com estabelecimento	35.405	-	-	35.405
Provisões trabalhistas	724	52	(491)	285
Outras provisões	18.394	351	(75)	18.670
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	55.779	1.420	(618)	56.581
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 2.10)	55.779	1.420	(618)	56.581
Obrigações fiscais diferidas (Nota 19e)	28.738	2.067	-	30.805
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	27.041	(647)	(618)	25.776

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

R\$ mil

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	10.426	6.256	16.682
2024	23.945	14.366	38.311
2025	199	119	318
2026	199	119	318
2027	199	119	318
2028	198	119	317
2029	198	119	317
Total	35.364	21.217	56.581

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta um total de R\$ 52.878 (2021 - R\$ 49.476) referente as diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Tempo Serviços foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Empresa possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 30.805 (2021 - R\$ 28.738), relativas a atualização monetária sobre depósitos judiciais.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao

Cotista e Administradores da

Tempo Serviços Ltda.

Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tempo Serviços Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tempo Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3



bradesco